



PARLAMENTO EUROPEU

2009-2014

Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros

28.7.2009

COMUNICAÇÃO AOS MEMBROS

(03)

Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros:

Informação de base

ÍNDICE

1.	A igualdade dos géneros nos Tratados	3
1.1	A igualdade dos géneros depois do Tratado de Roma	3
1.2	A igualdade dos géneros depois do Tratado de Amesterdão	4
1.3	A igualdade dos géneros depois do Tratado de Nice	6
1.4	A igualdade dos géneros no Tratado de Lisboa	6
2.	Recentes e futuras acções da Comissão Europeia sobre a igualdade dos géneros	9
2.1	Roteiro para a igualdade entre homens e mulheres (2006-2010)	9
2.2	Relatório anual sobre a igualdade entre homens e mulheres	11
2.3	Programa DAPHNE III	12
2.4	Instituto Europeu para a Igualdade de Género (IEIG)	13
2.5	Programa PROGRESS	15
2.6	Propostas legislativas actualmente em debate no Parlamento Europeu	16
2.7	Futuras acções da Comissão Europeia	17
2.8	Links úteis para documentos e legislação da UE sobre a igualdade de género	18
3.	Recentes e futuras acções das Presidências do Conselho sobre a igualdade dos géneros	19
3.1	Antecedentes:	19
3.2	Acções e iniciativas adoptadas nos últimos anos:	19
3.3	Acções e iniciativas previstas pela Presidência sueca (segundo semestre de 2009)	21
3.4	Links úteis	21
4.	Direitos da mulher e igualdade dos géneros no sistema das Nações Unidas	22
4.1	Plataforma de Acção assinada em Pequim (1995)	22
4.2	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)	22
4.3	Seguimento da Plataforma de Acção de Pequim (Pequim + 5)	23
4.4	Seguimento da Plataforma de Acção de Pequim (Pequim + 10)	24
4.5	Seguimento da Plataforma de Acção de Pequim (Pequim + 15)	25
4.6	Links úteis	26

1. A igualdade dos géneros nos Tratados

1.1 *A igualdade dos géneros depois do Tratado de Roma*

O princípio da igualdade de tratamento entre mulheres e homens foi adoptado pela primeira vez pela Comunidade Europeia no artigo 141.º (anterior artigo 119.º) do Tratado de Roma, como o direito a igualdade de remuneração por trabalho igual. Esta disposição, se bem que de alcance limitado, tem vindo a evoluir progressivamente desde 1975, dando origem a uma série de instrumentos comunitários que clarificam e aprofundam este princípio básico do direito comunitário:

- **Directiva 75/117/CEE do Conselho, de 10 de Fevereiro de 1975, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros no que se refere à aplicação do princípio da igualdade de remuneração entre os trabalhadores masculinos e femininos**, que completa o artigo 141.º ao requerer igual remuneração para trabalho ao qual é reconhecido igual valor;
- **Directiva 76/207/CEE do Conselho, de 9 de Fevereiro de 1976, relativa à concretização do princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres no que se refere ao acesso ao emprego, à formação e promoção profissionais e às condições de trabalho**, que alarga o âmbito de aplicação do artigo 141.º, estabelecendo o princípio da igualdade de tratamento no acesso ao emprego e criando a possibilidade de medidas positivas;
- **Directiva 79/7/CEE do Conselho, de 19 de Dezembro de 1978, relativa à realização progressiva do princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres em matéria de segurança social**, que aplica progressivamente o princípio da igualdade de tratamento nos regimes legais de segurança social;
- **Directiva 86/378/CEE do Conselho, de 24 de Julho de 1986, relativa à aplicação do princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres aos regimes profissionais de segurança social (modificada pela Directiva 96/97/CE de 20 de Dezembro de 1996)**, que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres aos regimes profissionais de segurança social. Esta directiva foi alterada em 20 de Dezembro de 1996;
- **Directiva 86/613/CEE do Conselho, de 11 de Dezembro de 1986, relativa à aplicação do princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres que exerçam uma actividade independente, incluindo a actividade agrícola, bem como à protecção da maternidade**, que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres que exercem uma actividade independente, nomeadamente no sector agrícola;
- **Directiva 92/85/CEE do Conselho, de 19 de Outubro de 1992, relativa à implementação de medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde das trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes no trabalho** (décima

directiva especial na aceção do n.º 1 do artigo 16.º da Directiva 89/391/CEE), que defende a saúde e a segurança das trabalhadoras grávidas ou puérperas;

- **Directiva 96/34/CE do Conselho, de 3 de Junho de 1996, relativa ao Acordo-Quadro sobre a Licença Parental celebrado pela UNICE, pelo CEEP e pela CES, que visa conciliar a vida familiar e profissional.** É a primeira directiva que aplica um acordo-quadro concluído pelos parceiros sociais a nível comunitário;
- **Directiva 97/75/CE do Conselho, de 15 de Dezembro de 1997, que altera e torna extensiva ao Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte a Directiva 96/34/CE relativa ao Acordo-Quadro sobre a Licença parental celebrado pela UNICE, pelo CEEP e pela CES;**
- **Directiva 97/80/CE do Conselho, de 15 de Dezembro de 1997, relativa ao ónus da prova nos casos de discriminação baseada no sexo,** segundo a qual são os acusados de discriminação no local de trabalho que devem provar que o princípio da igualdade de tratamento não foi violado;
- **Directiva 97/81/CE do Conselho, de 15 de Dezembro de 1997, respeitante ao acordo-quadro relativo ao trabalho a tempo parcial celebrado pela UNICE, pelo CEEP e pela CES, que se destina a conciliar vida familiar e profissional e a aplicar um acordo-quadro concluído pelos parceiros sociais a nível comunitário.**

1.2 A igualdade dos géneros depois do Tratado de Amesterdão

Com a entrada em vigor do Tratado de Amesterdão no dia 1 de Maio de 1999, foi reforçado o empenhamento europeu na igualdade dos géneros. O Tratado de Amesterdão foi particularmente importante para o reforço da igualdade entre mulheres e homens em toda a UE e constituiu um grande passo rumo à aplicação da igualdade no plano laboral:

- **O artigo 2.º do Tratado CE** proclama a promoção da "igualdade entre homens e mulheres" como missão fundamental da Comunidade;
- **O n.º 2 do artigo 3.º** prevê a eliminação das desigualdades entre os géneros nos objectivos, estratégias e acções da Comunidade, nomeadamente no sentido de que, em todas as 21 actividades específicas enumeradas no n.º 1 do artigo 3.º, a Comunidade deve procurar eliminar as desigualdades e promover a igualdade entre homens e mulheres. A abordagem que visa a integração da perspectiva do género em todas as políticas comunitárias foi assim inscrita no Tratado CE;
- **O n.º 1 do artigo 141.º** refere que o princípio da igualdade de remuneração deve aplicar-se não só por trabalho igual, mas também por trabalho de valor igual;
- **O n.º 1 do artigo 137.º** apela a que a Comunidade apoie a acção dos Estados-Membros na promoção da "igualdade entre homens e mulheres quanto às oportunidades no mercado de trabalho e ao tratamento no trabalho";
- **O n.º 3 do artigo 141.º** prevê a aplicação do princípio da igualdade de oportunidades e

da igualdade de tratamento em matéria de emprego e de trabalho, incluindo o princípio da igualdade de remuneração por trabalho igual ou de valor igual. Estas medidas serão adoptadas no âmbito do processo de co-decisão. O artigo 141.º constitui a base jurídica para a adopção de medidas comunitárias destinadas a promover a igualdade de oportunidades e a igualdade de tratamento entre homens e mulheres em matéria de emprego;

- **O n.º 4 do artigo 141.º** prevê a adopção de "medidas que prevejam regalias específicas destinadas a facilitar o exercício de uma actividade profissional pelas pessoas do sexo subrepresentado, ou a prevenir ou a compensar desvantagens na sua carreira profissional";
- **O artigo 13.º** requer explicitamente medidas para combater a discriminação em razão do sexo, *inter alia*. Ao contrário do disposto no n.º 1 do artigo 137.º e no artigo 141.º, as medidas tomadas ao abrigo do artigo 13.º exigem unanimidade e a simples consulta do Parlamento.

Com base no disposto no Tratado de Amesterdão, foram adoptados os seguintes actos legislativos em matéria de igualdade dos géneros:

- **Directiva 2002/73/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Setembro de 2002, que altera a Directiva 76/207/CEE do Conselho relativa à concretização do princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres no que se refere ao acesso ao emprego, à formação e promoção profissionais e às condições de trabalho**, que deverá ser aplicada até 5 de Outubro de 2005.
- **Regulamento (CE) n.º 806/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à promoção da igualdade entre homens e mulheres na cooperação para o desenvolvimento**, que foi aprovado em 21 de Abril de 2004, em conformidade com o artigo 179.º do Tratado CE (política de cooperação para o desenvolvimento). Este regulamento destina-se a aplicar o princípio da integração da perspectiva do género em todas as políticas.
- O Parlamento Europeu foi igualmente consultado com vista à adopção de uma **directiva do Conselho que aplica o princípio de igualdade de tratamento entre homens e mulheres no acesso a bens e serviços e seu fornecimento**.

Tendo em conta que a aplicação da lei não basta, por si só, para promover a igualdade *de facto*, foram feitos esforços para promover medidas específicas destinadas a promover a igualdade entre mulheres e homens através de sucessivos programas de acção plurianuais:

- **Decisão do Conselho, de 20 de Dezembro de 2000, que estabelece um programa de acção comunitária relativo à estratégia comunitária para a igualdade entre homens e mulheres (2001-2005)**, que foi aprovado pelo Conselho, após consulta do Parlamento Europeu, nos termos do artigo 13.º do Tratado CE. Estabelece o **Quinto programa de acção para a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres**, destinado a promover e divulgar os valores e práticas subjacentes à igualdade dos

géneros, contribuir para a compreensão do problema, desenvolver a capacidade dos interessados para promover efectivamente a igualdade dos géneros e facilitar a implementação da **estratégia-quadro comunitária para a igualdade entre homens e mulheres**;

- **Decisão n.º 803/2004/CE do Parlamento Europeu e do Conselho que adopta um programa de acção comunitário (2004-2008) de prevenção e de combate à violência exercida contra as crianças, os adolescentes e as mulheres e de protecção das vítimas e dos grupos de risco (programa DAPHNE II)**, adoptada nos termos do artigo 152.º do Tratado CE (política de saúde pública). Contribui substancialmente para o desenvolvimento da política da UE de combate à violência e integra toda a experiência adquirida desde 1999 durante a primeira fase deste programa de acção.

1.3 A igualdade dos géneros depois do Tratado de Nice

O Tratado de Nice mal aborda a questão da igualdade dos géneros e não alarga a base jurídica para esta igualdade além do sector do emprego. No entanto, foi aditado um novo parágrafo ao artigo 13.º do Tratado CE, segundo o qual o Conselho pode deliberar nos termos do artigo 251.º do Tratado CE para adoptar, por maioria qualificada, medidas comunitárias de incentivo em apoio de medidas antidiscriminatórias tomadas pelos Estados-Membros. Neste contexto, foi adoptada em 29 de Abril de 2004, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do Tratado CE, uma nova **Decisão n.º 848/2004/CE do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um programa de acção comunitário para promover as organizações activas a nível europeu no domínio da igualdade entre homens e mulheres**.

1.4 A igualdade dos géneros no Tratado de Lisboa

As alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa no domínio dos direitos da mulher e da igualdade dos géneros prendem-se sobretudo com duas questões: a afirmação do próprio princípio da igualdade dos géneros e as políticas da UE no domínio da igualdade dos géneros¹.

O **Tratado da União Europeia** (TUE) reafirma o princípio da igualdade entre homens e mulheres e inscreve-o entre os valores e objectivos da União.

- **O artigo 2.º** refere que a União Europeia é uma "sociedade caracterizada pelo pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre homens e mulheres", e
- **O artigo 3.º, n.º 3**, segundo parágrafo, estabelece que a União "combate a exclusão social e as discriminações e promove a justiça e a protecção sociais, a igualdade entre homens e mulheres, a solidariedade entre as gerações e a protecção dos direitos da criança."

¹ Excerto da nota sobre o Impacto do Tratado de Lisboa no domínio de acção da Comissão FEMM, de 14.4.2008 (Hélène Calers, Departamento Temático C, DG IPOL, Parlamento Europeu)

No Título II do **Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia** (TFUE) sobre as "Disposições de aplicação geral", dois artigos referem a igualdade dos géneros.

- **O artigo 8.º** prevê a integração da perspectiva do género em todas as políticas da UE, afirmando que "Na realização de todas as suas acções, a União terá por objectivo eliminar as desigualdades e promover a igualdade entre homens e mulheres", enquanto o actual Tratado que institui a Comunidade Europeia contém o mesmo artigo, mas apenas para as acções comunitárias enumeradas no artigo 3.º do Tratado.
- **O artigo 10.º** estabelece também que "Na definição e execução das suas políticas e acções, a União tem por objectivo combater a discriminação em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual". Este artigo de carácter horizontal não existe nos actuais Tratados.

A **Carta dos Direitos Fundamentais** da União Europeia, à qual o artigo 6.º do TUE atribui um valor jurídico idêntico ao dos Tratados, inclui igualmente o princípio da igualdade entre homens e mulheres.

- **O artigo 23.º** da Carta prevê que "Deve ser garantida a igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, incluindo em matéria de emprego, trabalho e remuneração", mas também que "O princípio da igualdade não obsta a que se mantenham ou adoptem medidas que prevejam regalias específicas a favor do sexo sub-representado".
- **O n.º 1 do artigo 21.º** prevê ainda que "É proibida a discriminação em razão, designadamente, do sexo, raça, cor ou origem étnica ou social, características genéticas, língua, religião ou convicções, opiniões políticas ou outras, pertença a uma minoria nacional, riqueza, nascimento, deficiência, idade ou orientação sexual."

O Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia prevê algumas modificações no que diz respeito ao domínio de acção da competência da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros.

O artigo 19.º do TFUE prevê uma modificação no processo legislativo no domínio da não discriminação. O actual artigo 13.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia prevê a consulta do Parlamento Europeu. O n.º 1 do artigo 19.º do TFUE prevê que "(...) o Conselho, deliberando por unanimidade, de acordo com um processo legislativo especial, e após aprovação do Parlamento Europeu, pode tomar as medidas necessárias para combater a discriminação em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual." Em conformidade com este novo processo legislativo, o Conselho só poderá aprovar um texto depois de obter o acordo do Parlamento.

No que diz respeito ao **tráfico de seres humanos**, há algumas disposições já incluídas no terceiro pilar, o que significa que o Parlamento é consultado.

Um novo processo legislativo foi incluído no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Os artigos 79.º e 83.º **estabelecem que o Conselho e o Parlamento deliberam de acordo com o processo legislativo ordinário (ou seja, a co-decisão)** para:

- adoptar medidas de "combate ao tráfico de seres humanos, em especial de mulheres e de crianças";

- "estabelecer regras mínimas relativas à definição das infracções penais e das sanções em domínios de criminalidade particularmente grave com dimensão transfronteiriça que resulte da natureza ou das incidências dessas infracções, ou ainda da especial necessidade de as combater, assente em bases comuns". Isto inclui "tráfico de seres humanos e exploração sexual de mulheres e crianças".

O artigo 5.º da Carta dos Direitos Fundamentais sobre a proibição da escravidão e do trabalho forçado também refere o tráfico: o n.º 3 estabelece que "É proibido o tráfico de seres humanos".

Além disso, a Carta **inclui disposições relacionadas com a maternidade**, que salientam os direitos das grávidas e das mães.

O n.º 2 do artigo 33.º refere que, "A fim de poderem conciliar a vida familiar e a vida profissional, todas as pessoas têm direito a protecção contra o despedimento por motivos ligados à maternidade, bem como a uma licença por maternidade paga e a uma licença parental pelo nascimento ou adopção de um filho".

Além disso, o n.º 1 do artigo 34.º sobre segurança social e assistência social estabelece que "A União reconhece e respeita o direito de acesso às prestações de segurança social e aos serviços sociais que concedem protecção em casos como a maternidade (...)".

Por fim, os Estados-Membros acordaram uma **Declaração** que acentua o seu **empenhamento político em combater a violência doméstica**. Essa Declaração prevê que "A Conferência acorda em que, nos seus esforços gerais para eliminar as desigualdades entre homens e mulheres, a União tem por objectivo, nas suas diversas políticas, lutar contra todas as formas de violência doméstica. Os Estados-Membros deverão tomar todas as medidas necessárias para prevenir e punir tais actos criminosos, bem como para apoiar e proteger as vítimas."

O Tratado de Lisboa só entrará em vigor depois de ratificado por todos os Estados-Membros, em conformidade com as respectivas disposições constitucionais (aprovação parlamentar e/ou referendo).

2. Recentes e futuras acções da Comissão Europeia sobre a igualdade dos géneros

Nos últimos 5 anos, a Comissão apresentou vários documentos estratégicos e propostas legislativas no domínio da igualdade dos géneros, nomeadamente:

2.1 Roteiro para a igualdade entre homens e mulheres (2006-2010)

O objectivo deste roteiro é promover a agenda da igualdade dos géneros. Na sua base está a estratégia-quadro para a igualdade entre homens e mulheres 2001-2005.

O roteiro define alguns domínios de acção já existentes e propõe outros inteiramente novos. Foi seleccionado um total de **seis domínios prioritários**:

- **Independência económica igual para homens e mulheres,**
- **Conciliação da vida privada e profissional,**
- **Igual representação nos processos de tomada de decisão,**
- **Erradicação de todas as formas de violência ligada ao género,**
- **Eliminação dos estereótipos de género,**
- **Promoção da igualdade dos géneros nas políticas externas e de desenvolvimento.**

➤ Independência económica igual para homens e mulheres

Apesar dos significativos progressos registados graças à legislação em matéria de igualdade de tratamento e ao diálogo social, a Europa continua confrontada com desafios consideráveis para poder garantir uma independência económica igual para homens e mulheres. A Comissão estabeleceu os seus objectivos em torno de **seis pontos essenciais**.

- Alguns dos objectivos de Lisboa relacionam-se com a dimensão do género, mas os esforços envidados para os atingir devem ser reforçados, nomeadamente no que concerne ao emprego e à taxa de desemprego das mulheres.
- Apesar da legislação comunitária existente, continua a haver um fosso salarial de 17% entre homens e mulheres, decorrente de desigualdades estruturais como a segregação nos sectores laborais.
- As mulheres constituem, em média, 30% dos empresários na UE. Enfrentam, muitas vezes, maiores dificuldades que os homens no acesso aos financiamentos e à formação.
- O risco de pobreza é maior para as mulheres do que para os homens, pois é maior a probabilidade de interromperem a carreira e, portanto, terem menos direitos. Os regimes de protecção social devem permitir que as mulheres acumulem direitos individuais a pensão adequados.
- Homens e mulheres enfrentam riscos de saúde diferentes. A investigação médica e muitas normas de segurança e saúde incidem mais sobre os homens e os sectores laborais predominantemente masculinos.
- O combate a múltiplas discriminações contra imigrantes e mulheres de minorias étnicas.

➤ Conciliação da vida privada e profissional

A análise e as propostas da Comissão neste domínio são:

- Uma organização flexível do trabalho oferece inúmeras vantagens. Contudo, o facto de muito mais mulheres do que homens fazerem uso dessa organização tem um impacto negativo para a sua posição no local de trabalho e a sua independência económica.
- O resultado do declínio demográfico é que a UE não pode dar-se ao luxo de desperdiçar capital humano. Melhores serviços de guarda de crianças tornam possível encontrar um novo equilíbrio entre a vida profissional e a privada.
- Poucos homens tiram partido da licença parental ou do trabalho a tempo parcial. São necessárias medidas para os encorajar a assumir as responsabilidades familiares.

➤ **Igual representação nos processos de tomada de decisão**

A Comissão considera o seguinte:

- A continuada sub-representação das mulheres na sociedade civil, na política e nos quadros superiores da administração pública constitui um défice democrático.
- Uma participação equilibrada pode contribuir para uma cultura laboral mais produtiva e inovadora. A transparência nos processos de promoção é essencial.
- Atingir o objectivo, estabelecido pelos Estados-Membros, de 25% de mulheres em posições de chefia no sector público da investigação pode contribuir para aumentar a inovação, a qualidade e a competitividade da investigação.

➤ **Erradicação de todas as formas de violência ligada ao género**

A Comissão acentua o seguinte:

- Práticas como as mutilações genitais femininas ou os casamentos precoces e forçados são violações do direito fundamental à vida, à segurança, à liberdade, à dignidade e à integridade física e emocional.
- Para combater o tráfico de mulheres, a Comissão propõe a criminalização desse tráfico através de legislação apropriada, bem como o desincentivo da procura de seres humanos para exploração sexual. A nova directiva relativa ao título de residência concedido às vítimas do tráfico de seres humanos constituirá um instrumento para a reintegração das vítimas no mercado de trabalho.

➤ **Eliminação dos estereótipos de género**

A Comissão considera necessário eliminar os estereótipos de género:

- Na educação e na cultura: os jovens devem ser encorajados a explorar vias de ensino não tradicionais, para evitar que as mulheres tenham profissões menos valorizadas e menos bem pagas.
- No mercado de trabalho: as mulheres continuam a ser vítimas de segregação horizontal e vertical. Continuam a trabalhar em sectores menos valorizados e, em geral, ocupam os escalões mais baixos da hierarquia organizativa.
- Nos meios de comunicação social.

➤ **Promoção da igualdade dos géneros nas políticas externas e de desenvolvimento**

Na opinião da Comissão, ao promover a igualdade nas políticas externas e de desenvolvimento, é necessário fazer uma distinção entre países aderentes, países candidatos e potenciais países candidatos e outros países que possam participar na Política Europeia de Vizinhança. Os primeiros devem aplicar o acervo comunitário, ao passo que, no caso dos últimos, a UE procura promover princípios internacionalmente reconhecidos como a

Declaração do Milénio e a Plataforma de Acção de Pequim. Reafirmou ainda, no "Consenso Europeu em matéria de Desenvolvimento", que a igualdade de géneros é um dos cinco princípios essenciais da política de desenvolvimento. A nova Estratégia para África da UE inclui também este aspecto.

2.2 Relatório anual sobre a igualdade entre homens e mulheres

A igualdade entre homens e mulheres na Europa continua a ser um problema com duas faces distintas. Em termos de quantidade, é indubitável que se têm registado progressos constantes na situação das mulheres: a sua participação no mercado de trabalho continua a aumentar e as suas qualificações são agora superiores às dos homens. No entanto, em termos de qualidade, existem ainda muitos desafios, especialmente em matéria de desigualdade salarial, segregação no mercado de trabalho e conciliação da vida profissional e da vida privada. O relatório anual examina os principais desenvolvimentos ocorridos no ano transacto, identifica futuros problemas e estabelece orientações para fazer face a esses problemas.

O relatório de 2009 é o sexto relatório sobre a igualdade entre homens e mulheres e o segundo a cobrir a União Europeia (UE) alargada de 27 Estados-Membros.

Principais desenvolvimentos relacionados com as disparidades de género nos últimos anos:

Os números relativos aos últimos anos revelam que a situação das mulheres no mercado de trabalho europeu é determinada por uma evolução a duas velocidades:

- Importantes progressos em termos de quantidade, por um lado;
- A qualidade do emprego, por outro lado, continua a ser desfavorável em muitos aspectos.

O emprego feminino na UE aproxima-se já do objectivo de Lisboa, 60% até 2010, tendo aumentado de 51,1% em 1997 para 58,3% em 2007. Contudo, há diferenças significativas entre os Estados-Membros, com números que oscilam entre os 36,9% e os 73,2%.

- 7,5 dos 12 milhões de novos empregos criados desde 2000 pertencem a mulheres;
- A actual taxa de emprego das mulheres é de 58,3%;
- A percentagem de mulheres que trabalhavam a tempo parcial em 2007 era de 31,2%, quatro vezes superior à dos homens;
- A taxa de emprego das mulheres com mais de 55 anos aumentou mais rapidamente que a dos homens na mesma faixa etária (é actualmente de 34,8%, ou seja, mais 7,4 pontos percentuais que em 2000);
- Uma diminuição significativa do fosso da taxa de emprego entre homens e mulheres, que caiu de 17,1 pontos percentuais em 2000 para 14,2 em 2007. Porém, se compararmos a taxa de emprego de mulheres e homens com crianças de idade inferior a 12 anos a seu cargo, a disparidade de género quase duplica.

Este argumento, considerando o facto de que as mulheres têm melhores taxas de sucesso na escola e na universidade (59%), levanta, em geral, a questão da **qualidade do trabalho reservado às mulheres**:

- Uma das consequências da segregação entre homens e mulheres no mercado de trabalho é o persistente fosso salarial entre os géneros (17,4% em média na UE);
- A segregação sectorial e profissional entre homens e mulheres não tem diminuído,

- registando-se até aumentos em alguns países;
- A percentagem de mulheres gestoras nas empresas estagnou, sendo de aproximadamente 30%, e o número de mulheres políticas pouco tem aumentado;
- A percentagem de mulheres directoras das principais empresas cotadas na bolsa é de 3% na UE, ao passo que apenas um em cada dez membros de órgãos de direcção é mulher;
- O equilíbrio entre vida profissional e privada continua a ser precário (a taxa de emprego das mães com crianças pequenas é de apenas 62,4%, em comparação com 91,4% no caso dos pais);
- 76,5% dos trabalhadores a tempo parcial são mulheres;
- O recurso ao trabalho temporário também é mais frequente entre as mulheres (15,1%, em comparação com cerca de 14% no caso dos homens).

Este desequilíbrio profissional afecta inevitavelmente a situação social das mulheres:

- O desemprego de longa duração continua a ser mais frequente entre as mulheres (4,5%, em comparação com 3,5% no caso dos homens);
- O risco de pobreza, especialmente entre as mulheres com mais de 65 anos (21%, ou seja, mais 5% que no caso dos homens), é reforçado pelas carreiras profissionais mais curtas, lentas e menos bem pagas.

Desafios e orientações políticas:

O relatório destaca a necessidade de melhorar significativamente a qualidade do emprego feminino, confirmando, ao mesmo tempo, os progressos alcançados em termos de quantidade. Tendo isto em conta, e nomeadamente **durante o novo ciclo da Estratégia Europeia para o Crescimento e o Emprego, advoga que os esforços a nível estrutural, legislativo e financeiro se concentrem no seguinte:**

- Redução das desigualdades salariais;
- Incentivo da partilha equitativa de responsabilidades privadas e familiares entre homens e mulheres;
- Saúde e bem-estar no trabalho;
- Acções para combater os estereótipos ligados ao género e à origem cultural;
- Luta contra os estereótipos com vista a permitir que mulheres e homens utilizem todo o seu potencial;
- Promoção de uma participação igual de homens e mulheres;
- Sensibilização da opinião pública e fomento de uma melhor compreensão da igualdade de géneros.

2.3 Programa DAPHNE III

Combate à violência contra crianças, adolescentes e mulheres: Programa Daphne III (2007-2013)

O Programa Daphne III visa prevenir e combater todas as formas de violência, especialmente de natureza física, sexual ou psicológica, contra crianças, jovens e mulheres. Visa também proteger as vítimas e os grupos de risco a fim de atingir um nível elevado de protecção da saúde física e mental, bem-estar e coesão social em toda a União Europeia. Este programa constitui a terceira fase do Programa Daphne e abrange o período 2007-2013.

O orçamento do programa é de 116,85 milhões de euros para o período 2007-2013.

Âmbito do programa e acesso

Os beneficiários do programa são as crianças, os jovens (dos 12 aos 25 anos) e as mulheres que são, ou correm o risco de ser, vítimas de violência. Estas categorias de pessoas são consideradas vítimas de violência, inclusive em casos em que sejam testemunhas de uma agressão a um familiar próximo.

O programa destina-se a grupos-alvo, como famílias, professores, assistentes sociais, agentes da polícia, pessoal médico, profissionais da justiça, organizações não governamentais (ONG) e autoridades públicas.

Têm igualmente acesso ao programa os Estados-Membros da UE e os Estados da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) partes no Acordo sobre o Espaço Económico Europeu (EEE), bem como, em certas condições, os países candidatos e os países dos Balcãs.

O programa apoia três tipos de acções:

- Acções empreendidas pela Comissão: acções de investigação, sondagens de opinião e inquéritos, recolha e divulgação de dados, seminários, conferências e reuniões de peritos, desenvolvimento e manutenção de sítios na Internet, etc.;
- Projectos transnacionais de interesse comunitário que envolvam pelo menos dois Estados-Membros;
- Apoio a ONG ou outras organizações com um objectivo de interesse geral europeu.

Aplicação

O financiamento comunitário poderá assumir a forma de:

- subvenções (subvenções de funcionamento e subvenções à acção) com base em convites para a apresentação de propostas;
- contratos de Direito público para medidas complementares (p. ex. despesas com informação e comunicação, controlo e avaliação) a fim de financiar o pagamento de serviços e bens.

A Comissão adoptará um programa de trabalho anual que estabeleça as suas prioridades, propondo uma repartição indicativa dos fundos a atribuir para subvenções. Além disso, publicará uma lista anual dos projectos financiados ao abrigo do programa.

O Programa Daphne III completa o Programa "Segurança e protecção das liberdades" e o 7.º Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento, os programas PROGRESS e "Safer Internet plus" e as actividades do Instituto Europeu para a Igualdade de Género.

Avaliação

A Comissão apresentará ao Parlamento e ao Conselho um relatório de avaliação intercalar sobre a execução dos projectos e os seus resultados (o mais tardar em 31 de Março de 2011), bem como um relatório de avaliação "ex post" sobre a execução e os resultados do programa (o mais tardar em 31 de Dezembro de 2014). Além disso, apresentará uma comunicação sobre o prosseguimento do programa, o mais tardar em 31 de Maio de 2012.

2.4 Instituto Europeu para a Igualdade de Género (IEIG)

O Instituto Europeu para a Igualdade de Género foi criado em 20 de Dezembro de 2006, em resposta a um pedido do Conselho Europeu de Junho de 2004 e do Parlamento Europeu. O IEIG ajudará as instituições europeias e os Estados-Membros a promover a igualdade de género em todas as políticas comunitárias e políticas nacionais decorrentes, bem como na luta contra a discriminação em razão do sexo. Além disso, o Instituto sensibilizará os cidadãos da União para essas questões. O IEIG desempenhará ainda um papel vital ao fornecer os peritos necessários para desenvolver políticas em matéria de igualdade em toda a União Europeia.

O principal objectivo do Instituto é ajudar a:

- Promover e reforçar a igualdade de género;
- Incluir a integração da perspectiva do género em todas as políticas comunitárias e políticas nacionais decorrentes;
- Combater a discriminação em razão do sexo;
- Sensibilizar a opinião pública da UE.

Nos termos do regulamento que institui o IEIG, essa ajuda assumirá essencialmente a forma de assistência técnica fornecida às instituições comunitárias, especialmente a Comissão, e às autoridades dos Estados-Membros.

Missões e tarefas

➤ Recolha, análise e divulgação de informações

As principais actividades do Instituto para a Igualdade de Género consistirão em recolher, registar, analisar e divulgar informações sobre a igualdade de género na Comunidade. Com base em critérios estritos, desenvolverá métodos para melhorar a objectividade, comparabilidade e fiabilidade dos dados a nível europeu. Com base nas informações objectivas, fiáveis e comparáveis recolhidas, desenvolverá ferramentas metodológicas para apoiar a integração da perspectiva do género em todas as políticas comunitárias. A recolha e análise de informações será alargada às organizações internacionais e aos países terceiros com vista a permitir uma compreensão mais global das questões de género fora da União Europeia.

O objectivo aqui é também apoiar a Comunidade nos seus esforços para integrar a perspectiva do género nos domínios das relações externas e da cooperação para o desenvolvimento. Por fim, realizará inquéritos sobre a situação na Europa em matéria de igualdade de géneros.

➤ Promoção do diálogo a nível europeu

O Instituto organizará ainda acções destinadas a promover o intercâmbio de experiências e o desenvolvimento do diálogo a nível europeu com todas as partes interessadas, como a Comunidade e as instituições dos Estados-Membros, os parceiros sociais, as organizações não governamentais, os centros de investigação, etc.

Mais concretamente, o Instituto deverá:

- Estabelecer e coordenar uma rede europeia para a igualdade de género;
- Organizar reuniões "ad hoc" de peritos;
- Encorajar o intercâmbio de informação entre investigadores e promover a integração da perspectiva do género nas acções de investigação;
- Desenvolver o diálogo e a cooperação com organizações não governamentais e

organismos especializados no domínio da igualdade de oportunidades, universidades, peritos, centros de investigação e os parceiros sociais.

➤ **Sensibilização da opinião pública**

O Instituto ajudará a organizar conferências, campanhas e reuniões a nível europeu a fim de sensibilizar os cidadãos da UE para a igualdade de género. Cada evento produzirá conclusões a apresentar à Comissão. Além disso, o público será informado através do acesso a informação sobre a questão da igualdade de género, nomeadamente através de um centro de documentação e de um sítio na Internet. Por último, divulgará informação destinada a destacar papéis não estereotipados para as mulheres e os homens em todos os sectores.

➤ **Funcionamento do Instituto**

O Instituto desempenha as suas funções no âmbito das competências da Comunidade e em conformidade com as prioridades da UE no domínio da igualdade de género. O Instituto será organizado de modo a exercer as suas actividades de forma independente das autoridades nacionais, da sociedade civil e das instituições comunitárias, garantindo assim a transparência da sua acção. O Instituto tem personalidade jurídica e é constituído por um Conselho de Administração, um Director e respectiva equipa de colaboradores, e um Fórum Consultivo. A sede foi instalada em Vilnius (Lituânia).

Nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do regulamento, a candidata a Director do Instituto, Virginija Langbakk, fez uma declaração perante a Comissão FEMM no Parlamento Europeu, em 12 de Janeiro de 2009. Virginija Langbakk entrou em funções em Abril de 2009.

O Instituto deveria estar inteiramente operacional a partir de 18 de Janeiro de 2008, mas verificou-se um atraso na sua constituição. Está agora em curso o processo de recrutamento de pessoal e de nomeação dos membros do Fórum Consultivo.

2.5 Programa PROGRESS

Programa comunitário para o emprego e a solidariedade – PROGRESS (2007-2013)

O objectivo do Programa PROGRESS é fornecer apoio financeiro para a concretização dos objectivos da União Europeia no domínio do emprego e dos assuntos sociais. Contribuirá assim para a realização dos objectivos da Estratégia de Lisboa. O Programa PROGRESS financiará a análise, a aprendizagem recíproca, acções de sensibilização e divulgação, bem como a assistência aos principais interessados no período 2007-2013.

O programa divide-se em cinco vertentes, que correspondem aos cinco principais domínios de acção:

- emprego,
- protecção e inclusão social,
- condições de trabalho,
- diversidade e antidiscriminação,
- **e igualdade entre homens e mulheres.**

Até à criação do Programa PROGRESS, as acções comunitárias nos domínios do emprego, da inclusão e da protecção social, da promoção da igualdade de género e do princípio da não discriminação foram apoiadas por programas de acção separados.

Igualdade entre homens e mulheres no quadro do Programa PROGRESS

Esta vertente do Programa PROGRESS apoiará a efectiva aplicação do princípio da igualdade dos géneros e promoverá a integração da perspectiva do género nas políticas da UE das seguintes formas:

- Melhorando a compreensão da situação relativamente às questões de género e à integração da perspectiva do género, nomeadamente através de análises e estudos e do desenvolvimento de estatísticas e indicadores, bem como avaliando o impacto da legislação, políticas e práticas existentes;
- Apoiando a execução da legislação comunitária no domínio da igualdade entre homens e mulheres através de um controlo efectivo, da organização de seminários para as pessoas que trabalham nesse domínio e da ligação em rede dos organismos especializados em matéria de igualdade;
- Sensibilizando, divulgando informações e promovendo o debate entre os parceiros sociais, as ONG e outras partes interessadas sobre os principais desafios e questões políticas relacionados com a igualdade dos géneros e a integração da perspectiva do género;
- Desenvolvendo a capacidade das principais redes europeias para apoiarem e prosseguirem as metas políticas e estratégias comunitárias em matéria de igualdade de géneros.

Financiamento

O orçamento para a totalidade do programa é de 657 590 000 euros para o período 2007-2013. A repartição dos fundos entre as várias vertentes obedecerá aos seguintes limites mínimos:

- Emprego 23%
- Protecção e inclusão social 30%
- Condições de trabalho 10%
- Diversidade e antidiscriminação 23%
- **Igualdade de géneros 12%.**

Os restantes 2% serão utilizados para cobrir as despesas de gestão do programa.

2.6 Propostas legislativas actualmente em debate no Parlamento Europeu

Em Março de 2006, o Conselho Europeu sublinhou a necessidade de melhorar o equilíbrio entre vida profissional e privada, tendo em vista o crescimento económico, a prosperidade e a competitividade, e aprovou o Pacto Europeu para a Igualdade entre Homens e Mulheres. Em Dezembro de 2007 e Março de 2008, o Conselho instou a Comissão a avaliar o quadro jurídico de apoio à conciliação da vida profissional e privada e a eventual necessidade de melhorias neste domínio, e reiterou que deveriam ser envidados esforços suplementares para conciliar a carreira com a vida privada e familiar, tanto para homens como mulheres.

Em Outubro de 2008, a Comissão Europeia apresentou novas propostas tendo em vista a conciliação da vida profissional e familiar, o chamado "pacote família". O pacote da Comissão "equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada" é constituído por quatro elementos principais:

- Um documento de orientação (comunicação) que explica os antecedentes e o contexto,
- Duas propostas legislativas (para rever as directivas em vigor), e
- Um relatório sobre os progressos efectuados pelos países da UE no sentido dos

chamados "objectivos de Barcelona" em matéria de estruturas de acolhimento de crianças.

Directiva relativa à igualdade de tratamento entre homens e mulheres que exerçam uma actividade independente

Em 6 de Maio de 2009, o Parlamento Europeu aprovou, por 550 votos a favor, 14 contra e 57 abstenções, o relatório de Astrid LULLING (PPE-DE, LU) e a resolução legislativa que altera, no âmbito da primeira leitura do processo de co-decisão, a proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à aplicação do princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres que exerçam uma actividade independente e que revoga a Directiva 86/613/CEE.

A adopção do acordo político pelo Conselho está agendada para o Conselho "Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores" de 30 de Novembro de 2009.

Directiva relativa à licença de maternidade

A Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros adoptou o relatório elaborado por Edite ESTRELA (PSE, PT) que altera, no âmbito da primeira leitura do processo de co-decisão, a proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Directiva 92/85/CEE do Conselho relativa à implementação de medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde das trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes no trabalho. Em 6 de Maio de 2009, o plenário do PE decidiu remeter o relatório à Comissão FEMM, que terá de adoptar um novo relatório.

Decisão relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à protecção das vítimas

No final de Março de 2009, a Comissão apresentou uma proposta de alteração da Decisão-Quadro do Conselho relativa ao tráfico de seres humanos, sendo a Comissão LIBE a comissão competente quanto à matéria de fundo. A Comissão FEMM foi convidada a emitir parecer sobre a proposta de decisão-quadro.

2.7 Futuras acções da Comissão Europeia

Em conformidade com o programa de trabalho 2009 da Comissão, serão apresentadas nos próximos meses duas propostas legislativas relevantes para as actividades da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros:

- Proposta de directiva para a execução do **acordo-quadro** concluído pela Business Europe, EUC, CEEP e UEAMPE, que altera a directiva-quadro concluída pela UNICE, CES e CEEP e que acompanha a Directiva 96/34/CE do Conselho **sobre uma directiva relativa à licença parental** (que a Comissão deverá adoptar em Julho de 2009)
- Proposta de **directiva** relativa às **licenças de paternidade, de adopção e filial** (que a Comissão deverá adoptar no quarto trimestre de 2009)

2.8 Links úteis para documentos e legislação da UE sobre a igualdade de género

- ✓ [Communication from the Commission to the Council, the European Parliament, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions - A Roadmap for equality between women and men 2006-2010 \[COM\(2006\) 92 final\]](#).
- ✓ [Report from the Commission to the Council, the European Parliament, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions of 27 February 2009, Equality between women and men - 2009 \[SEC\(2009\)165\]](#).
- ✓ [Decision No 779/2007/EC of the European Parliament and of the Council of 20 June 2007 establishing for the period 2007-2013 a specific programme to prevent and combat violence against children, young people and women and to protect victims and groups at risk \(Daphne III programme\) as part of the General Programme Fundamental Rights and Justice \[OJ L 173 of 3.7.2007\]](#)
- ✓ [Regulation \(EC\) No 1922/2006 of the European Parliament and of the Council of 20 December 2006 on establishing a European Institute for Gender Equality \[OJ L 403 of 30.12.2006\]](#)
- ✓ [Decision No 1672/2006/EC of the European Parliament and of the Council of 24 October 2006 establishing a Community Programme for Employment and Social Solidarity -- PROGRESS \[OJ L 315 of 15.11.2006\]](#).
- ✓ [Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council on the application of the principle of equal treatment between men and women engaged in an activity in a self-employed capacity and repealing Directive 86/613/EEC \[COM\(2008\)0636 final\]](#)
- ✓ Relatório Lulling → Relatório aprovado pelo plenário em 6.5.2009
[Report on the Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council on the application of the principle of equal treatment between men and women engaged in an activity in a self-employed capacity and repealing Directive 86/613/EEC](#)
- ✓ [Proposal for a directive of the European Parliament and of the Council on amending Council Directive 92/85/EEC on the introduction of measures to encourage improvements in the safety and health at work of pregnant workers and workers who have recently given birth or are breastfeeding \[COM\(2008\)0637\]](#)
- ✓ Relatório Estrela → Relatório aprovado pela Comissão FEMM em 16.4.2009
[Report on the proposal for a directive of the European Parliament and of the Council amending Council Directive 92/85/EEC on the introduction of measures to encourage improvements in the safety and health at work of pregnant workers and workers who have recently given birth or are breastfeeding](#)
- ✓ [Proposal for a Council Framework decision on preventing and combating trafficking in human beings, and protecting victims, repealing Framework Decision 2002/629/JHA \[COM\(2009\)136 final\]](#)

3. Recentes e futuras acções das Presidências do Conselho sobre a igualdade dos géneros

3.1 Antecedentes:

Desde os primeiros anos do século XXI, os Estados-Membros da UE adoptaram uma série de acções e metas com o objectivo de melhorar a igualdade entre homens e mulheres em vários domínios. Entre elas importa recordar as seguintes:

- O compromisso assumido pelo Conselho Europeu de Lisboa (2000) no sentido de **aumentar a taxa de emprego das mulheres para 60% até 2010 e de corrigir o desequilíbrio entre os géneros no mercado de trabalho, no contexto da Estratégia de Lisboa;**
- O compromisso assumido pelo Conselho Europeu de Barcelona (2002) no sentido de **eliminar os desincentivos à participação das mulheres no mercado de trabalho,** procurando garantir, tendo em conta a procura de estruturas de acolhimento e em consonância com os padrões nacionais de disponibilização, **a disponibilidade de estruturas de acolhimento, até 2010, para pelo menos 90% das crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade da escolaridade obrigatória e pelo menos 33% das crianças com menos de 3 anos;**
- O pedido do Conselho Europeu da Primavera de 2003 no sentido de a Comissão elaborar, em colaboração com os Estados-Membros da UE, um relatório anual a apresentar ao Conselho Europeu da Primavera sobre os progressos realizados na promoção da igualdade entre homens e mulheres e orientações para integrar esta dimensão nas várias políticas;
- O acordo obtido no Conselho "Educação, Juventude e Cultura", em 2003, sobre o **objectivo de aumentar o número total de licenciados em matemáticas, ciências e tecnologia na União Europeia pelo menos 15% até 2010, em simultâneo com a redução do desequilíbrio entre estudantes do sexo feminino e do sexo masculino;**

3.2 Acções e iniciativas adoptadas nos últimos anos:

A tendência acima referida prosseguiu também nos últimos anos com importantes iniciativas, tais como:

- No contexto da avaliação, 10 anos depois, da Plataforma de Acção de Pequim (PAP), os Ministros da UE responsáveis pela igualdade entre os sexos aprovaram, **em 4 de Fevereiro de 2005, uma declaração comum que reitera, nomeadamente, o seu firme apoio e empenhamento na integral e efectiva aplicação da Declaração e da Plataforma de Acção de Pequim.** Com base nessa Declaração, **em Junho de 2005,** o Conselho convidou os Estados-Membros e a Comissão a reforçarem os mecanismos institucionais de promoção da igualdade entre os sexos e a criarem um enquadramento para avaliar a aplicação da Plataforma de Acção, a fim de garantir um acompanhamento mais coerente e sistemático dos progressos realizados, e convidou a **Comissão a incluir a avaliação dos indicadores pertinentes, definidos para o seguimento da aplicação da Plataforma de Acção de Pequim, no seu relatório anual dirigido ao Conselho Europeu da Primavera;**

- O **convite** endereçado em **Abril de 2005** pelo Conselho "Competitividade" aos Estados-Membros para estabelecerem, numa primeira fase, o objectivo de **aumentar a proporção de mulheres em posições de chefia no sector público para 25%** e de incrementar a sua participação nas áreas da investigação industrial e tecnológica;
- Em **Junho de 2005**, a Comissão Europeia propõe a **organização anual e a alto nível de uma "Cimeira da Igualdade"**, na qual **participem ministros, responsáveis pelos organismos nacionais para a igualdade, dirigentes de ONG a nível europeu, parceiros sociais europeus e representantes de organizações internacionais**. A primeira cimeira realizou-se em Berlim, em 2007, coincidindo com o lançamento do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos 2007. A segunda Cimeira da Igualdade teve lugar em Paris, no Outono de 2008. **A terceira Cimeira da Igualdade deverá realizar-se em Estocolmo, em 16-17 de Novembro de 2009;**
- O **Conselho Europeu da Primavera de 2006** declarou que a política relativa à igualdade dos géneros é essencial para o crescimento económico, o bem-estar e a competitividade e, nesta perspectiva, adoptou um **Pacto Europeu para a Igualdade entre Homens e Mulheres**.

O Pacto visa encorajar acções a nível dos Estados-Membros e da União nos seguintes domínios:

- Medidas para eliminar as disparidades de género e combater os estereótipos de género no mercado de trabalho;
- Medidas para promover um melhor equilíbrio entre vida profissional e privada para todos;
- Medidas para reforçar a governação através da integração da perspectiva do género e de um melhor controlo.

O Pacto Europeu para a Igualdade entre Homens e Mulheres, bem como o relatório anual sobre a igualdade entre homens e mulheres, devem ser integrados nos já existentes mecanismos de acompanhamento da Parceria para o Crescimento e o Emprego e visar promover a aplicação da integração da perspectiva do género nas acções adoptadas no quadro da estratégia.

- O **Conselho Europeu da Primavera de 2007** criou a **"Aliança Europeia das Famílias"** como plataforma para o intercâmbio de opiniões e informações pelos Estados-Membros no domínio das iniciativas favoráveis à família;
- Em **15 de Maio de 2007**, a **Alemanha, Portugal e a Eslovénia assinaram uma Declaração do Trio de Presidências sobre a promoção da igualdade de géneros na União Europeia e o apoio do reforço da dimensão do género na Estratégia de Lisboa para o crescimento e o emprego**. A eliminação dos estereótipos de género foi identificada como o tema comum do trabalho sobre igualdade entre os sexos realizado pelo Trio de Presidências. Neste contexto, os desafios enfrentados pelas mulheres, e especialmente pelos homens, em resposta à mudança dos modelos de género foi uma das principais questões abordadas na reunião informal dos Ministros responsáveis pela Igualdade dos Géneros e pela Família, sob a Presidência alemã, em 15-16 de Maio de 2007; uma conferência de peritos europeus sobre "Espírito empresarial e empregabilidade – estereótipos de género" foi organizada pela Presidência portuguesa em 3 de Outubro de 2007; em 30 de Janeiro de 2008, a Presidência eslovena da UE

organizou uma conferência à escala europeia intitulada "Eliminação dos Estereótipos de Género – Missão (Im)Possível?";

- o No Conselho "Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores" (EPSCO) de **8-9 de Junho de 2009, os Ministros da UE aprovaram conclusões sobre "Igualdade de oportunidades entre homens e mulheres: envelhecimento activo e digno"**, nas quais exortam os Estados-Membros a terem em conta a maior exposição das mulheres ao risco de pobreza, especialmente ao procederem à reforma dos seus sistemas de pensões; e, nesse contexto, os Estados-Membros são encorajados a assegurar que os seus sistemas de pensões tenham em conta a situação das mulheres e dos homens que interrompem a sua carreira devido a obrigações que envolvem cuidados de terceiros, e a evitar a criação de novas ciladas de dependência.

3.3 Acções e iniciativas previstas pela Presidência sueca (segundo semestre de 2009)

O trabalho desenvolvido pelos Ministros responsáveis pela igualdade de géneros durante a Presidência sueca focará especialmente a **importância da igualdade entre os sexos para o crescimento económico e o emprego**. Outras questões importantes incluem **iniciativas para combater a violência dos homens contra as mulheres e o seguimento do plano de acção da ONU para a igualdade de género, a Plataforma de Acção de Pequim**. Além disso, a Presidência envidará esforços com vista à adopção de uma decisão sobre as duas propostas de directivas actualmente a ser debatidas pelos co-legisladores: igualdade de tratamento entre homens e mulheres que exerçam uma actividade independente (relatório LULLING – primeira leitura aprovada pelo PE em 6 de Maio de 2009) e medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde das trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes no trabalho (relatório ESTRELA – aprovado pela Comissão FEMM em 16 de Abril de 2009 e remetido à comissão pelo plenário do PE em 6 de Maio de 2009).

3.4 Links úteis

- ✓ [European Pact for Gender Equality \(European Council March 2006 - annex II\)](#)
- ✓ [European Council – Presidency Conclusions](#)
- ✓ [EPSCO Council - Press releases](#)
- ✓ [EPSCO Council 8-9 June 2009 – Council Conclusions on Equal opportunities for women and men: active and dignified ageing](#)
- ✓ [Swedish Presidency Programme](#)

4. Direitos da mulher e igualdade dos géneros no sistema das Nações Unidas

Os esforços no sentido de promover os direitos da mulher no mundo têm, desde há muito, uma dimensão global. As primeiras redes feministas transnacionais surgiram já em meados do século XIX, com objectivos como conquistar o direito de voto para as mulheres, promover a paz e promulgar legislação sobre o trabalho das mulheres fora de casa. Ao mesmo tempo, várias organizações internacionais identificaram a igualdade dos géneros como uma preocupação política central, muitas logo desde a sua fundação. As Nações Unidas (ONU) têm tido um papel crucial nesta matéria. Logo no primeiro ano da sua existência, o Conselho Económico e Social da ONU (ECOSOC) criou a Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW). Os principais efeitos das actividades da CSW foram a constituição de um vasto número de novas redes feministas transnacionais, bem como o alargamento dos domínios de acção identificados pela ONU e os seus vários órgãos como essenciais para o empoderamento social, económico e político das mulheres.

4.1 *Plataforma de Acção assinada em Pequim (1995)*

A Plataforma de Acção assinada em Pequim (1995) focava doze "objectivos estratégicos", que podem ser reagrupados em duas novas "metaestratégias" para atingir a igualdade entre homens e mulheres, nomeadamente:

- O conceito de **"igual participação nos processos de tomada de decisão"**, descrito na Plataforma de Acção como "uma função de alavanca sem a qual é altamente improvável que uma verdadeira integração da dimensão da igualdade na elaboração de políticas do governo seja viável. Não é apenas uma exigência de simples justiça ou democracia, podendo também ser considerada uma condição necessária para que os interesses das mulheres sejam tidos em conta" (ONU 1995).
- A ideia de **"integração da perspectiva do género"**, que é definida como a aplicação da "integração da perspectiva do género em todas as políticas e programas, de molde a que a adopção de decisões seja precedida de uma análise das respectivas consequências para as mulheres e os homens, respectivamente" (ONU 1995).

Observadas em conjunto, estas estratégias sugerem que a igualdade entre os sexos não pode ser atingida sem (1) a inclusão das mulheres como decisores políticos e (2) a consideração das implicações de género de todas as políticas públicas.

Ver: <http://www.un.org/esa/gopher-data/conf/fwcw/off/a--20.en>

4.2 *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)*

Na Declaração do Milénio das Nações Unidas, em Setembro de 2000, foram adoptados os seguintes objectivos em termos de desenvolvimento:

- Erradicar a pobreza extrema e a fome,
- Garantir o ensino primário universal,

- Promover a igualdade de género e reforçar o papel das mulheres,
- Reduzir a mortalidade infantil,
- Melhorar a saúde materna,
- Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças,
- Assegurar a sustentabilidade ambiental,
- Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

Os objectivos foram comumente aceites como enquadramento para avaliar os progressos em matéria de desenvolvimento. Foram concebidos como parâmetros de referência para aferir os resultados, não só para os países em desenvolvimento, mas também para os países ricos que ajudam a financiar os programas de desenvolvimento e para as instituições multilaterais que ajudam os países a concretizar os objectivos. Os sete primeiros objectivos reforçam-se mutuamente e destinam-se a reduzir a pobreza em todas as suas formas. O último objectivo, "uma parceria global para o desenvolvimento", diz respeito ao modo de atingir os primeiros sete.

Ver: <http://www.un.org/millenniumgoals/>

A UE

O compromisso assumido pela UE vai no sentido de atingir a "recomendação de 0,7 do PNB" para o financiamento dos objectivos. No contexto da igualdade dos géneros, a UE pretende ligar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio aos objectivos da Plataforma de Acção assinada em Pequim, a fim de elaborar indicadores pertinentes para cada área e avaliar os progressos.

Na sequência da assinatura da Plataforma de Acção de Pequim, o Conselho Europeu de Madrid (Dezembro de 1995) solicitou uma revisão anual da aplicação da Plataforma nos Estados-Membros. Em 2 de Dezembro de 1998, o Conselho acordou que a avaliação anual da aplicação da Plataforma de Acção deveria incluir uma proposta sobre uma série de indicadores e parâmetros de referência quantitativos e qualitativos. Desde então, tornou-se um exercício tradicional para as Presidências e, a partir de 2006, o exercício passou a ser semestral. Os temas específicos analisados neste contexto foram: "As mulheres em posições de poder e tomada de decisão" (1999), "Conciliação de vida familiar e profissional" (2000), "Desigualdade salarial" (2001), "Violência doméstica contra as mulheres" (2002), "As mulheres e os homens no processo de tomada de decisões económicas" (2003), "Assédio sexual no local de trabalho" (2004), "As mulheres e a saúde" (2006), "Mecanismos institucionais" (2006), "A educação e formação das mulheres" (2007), e "As mulheres e a pobreza" (2007).

4.3 Seguimento da Plataforma de Acção de Pequim (Pequim + 5)

A 23.^a sessão extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas, "Mulheres 2000: igualdade, desenvolvimento e paz no século XXI", teve lugar na sede da ONU em Nova Iorque, de 5 a 9 de Junho de 2000, e aprovou uma declaração política e um documento final intitulado "Acções e iniciativas adicionais para implementar a Declaração de Pequim e a Plataforma de Acção".

As conclusões da 23.^a sessão extraordinária da Assembleia Geral da ONU indicam que, em muitos países, "mecanismos nacionais foram instituídos ou reforçados e reconhecidos como a

base institucional catalisadora da promoção da igualdade dos géneros, da integração da perspectiva do género e do controlo da aplicação da Plataforma de Acção (...)". Embora salientando que "foram alcançados progressos em termos de visibilidade, estatuto, alcance e coordenação das actividades desses mecanismos", foram também encontrados, em muitos países, obstáculos à eficácia dos mecanismos nacionais. Nomeadamente, recursos financeiros e humanos inadequados, falta de vontade política e de empenho ao mais alto nível, insuficiente percepção da igualdade de género e da integração da perspectiva do género entre as estruturas governamentais, bem como problemas estruturais e de comunicação nas e entre as agências governamentais.

Ver: <http://www.un.org/womenwatch/daw/followup/ress233e.pdf>

4.4 Seguimento da Plataforma de Acção de Pequim (Pequim + 10)

Em 2005, os países membros das Nações Unidas procederam a uma revisão, 10 anos depois, dos progressos registados na aplicação da Declaração e da Plataforma de Acção de Pequim, na 49.^a sessão da CSW. Um relatório do Secretário-Geral, a revisão da aplicação da Plataforma de Acção de Pequim e o documento final da sessão extraordinária da Assembleia Geral da ONU intitulado "Mulheres 2000: igualdade, desenvolvimento e paz no século XXI" (E/CN.6/2005/2) abrangem as 12 questões mais preocupantes e novos problemas identificados na 23.^a sessão extraordinária da Assembleia Geral.

Na sequência da revisão decenal, a CSW aprovou uma declaração que reafirma a Declaração e a Plataforma de Acção de Pequim; aplaudiu os progressos registados, destacando, ao mesmo tempo, os obstáculos e desafios ainda por ultrapassar; e comprometeu-se a tomar medidas adicionais com vista a assegurar uma aplicação total e acelerada. A Declaração acentua ainda que uma aplicação plena e efectiva é essencial para cumprir os objectivos em matéria de desenvolvimento acordados a nível internacional, incluindo os estabelecidos na Declaração do Milénio, e reconhece que a aplicação da Declaração e da Plataforma de Acção de Pequim e a concretização dos compromissos no quadro da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres se reforçam mutuamente no tocante à igualdade dos géneros e à capacitação das mulheres. A Declaração insta o sistema das Nações Unidas, as organizações internacionais e regionais, todos os sectores da sociedade civil, incluindo organizações não governamentais, bem como todos os homens e mulheres, a empenhar-se inteiramente e a intensificar os seus contributos para a aplicação da Declaração e da Plataforma de Acção de Pequim.

Ver:

<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/LTD/N05/254/52/PDF/N0525452.pdf?OpenElement>

Comissão FEMM do Parlamento Europeu:

Uma delegação *ad hoc* da Comissão FEMM do Parlamento Europeu participou na 49.^a sessão da Comissão da ONU sobre o Estatuto da Mulher, que se realizou de 28 de Fevereiro a 11 de Março de 2005 em Nova Iorque, e cujo objectivo consistia em rever a aplicação da Plataforma de Acção de Pequim 10 anos após a sua introdução. A comissão participou igualmente na preparação da 49.^a sessão numa conferência organizada no Luxemburgo pela Presidência luxemburguesa, em 2 e 3 de Fevereiro de 2005.

Os eixos essenciais da posição da comissão são definidos na resolução do Parlamento

Europeu de 10 de Março de 2005, que solicita, nomeadamente, o seguinte:

- A ratificação pelos Estados-Membros da Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres,
- Uma maior participação das mulheres no processo de tomada de decisões nos domínios económico, político e social,
- A implementação dos princípios da integração da dimensão do género e da elaboração dos orçamentos com base na perspectiva de género na legislação comunitária.

Ver: <http://www.europarl.europa.eu/oeil/file.jsp?id=5220522> e também:
<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P6-TA-2005-0073+0+DOC+XML+V0//EN>

O seguimento da Plataforma de Acção aprovado na Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres foi objecto de uma série de perguntas orais apresentadas à Comissão e ao Conselho no contexto do debate realizado no Parlamento Europeu no Dia Internacional da Mulher, 8 de Março de 2005.

Conselho da União Europeia:

No contexto da avaliação, 10 anos depois, da Plataforma de Acção de Pequim, os Ministros da UE responsáveis pela igualdade entre os sexos aprovaram, em 4 de Fevereiro de 2005, uma declaração comum que reitera, nomeadamente, o seu firme apoio e empenhamento na integral e efectiva aplicação da Declaração e da Plataforma de Acção de Pequim. Nas suas conclusões sobre a Plataforma de Acção de Pequim, o Conselho da UE encoraja os Estados-Membros e a Comissão a desenvolver métodos e instrumentos para a integração da perspectiva do género, tais como a elaboração dos orçamentos com base na perspectiva de género, auditorias e avaliações de impacto nesta área, enquanto prioridade futura, bem como a fomentar a aquisição de competências e formação neste domínio. Entre outras coisas, solicita ainda que a perspectiva do género seja inteiramente tida em conta na avaliação de alto nível da Declaração do Milénio e integrada através das sete prioridades estratégicas identificadas nos projectos relativos ao milénio com vista a reforçar o papel das mulheres e cumprir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Em Dezembro de 2007, o Conselho convida os Estados-Membros e a Comissão a avaliar periodicamente os progressos em matéria de questões para as quais já foram adoptados indicadores a nível da UE, começando por "As mulheres e a tomada de decisão" e "A conciliação da vida profissional, familiar e privada". A avaliação referente à primeira questão foi realizada pela Presidência eslovena no primeiro semestre de 2008 e a da segunda questão pela Presidência francesa, no segundo semestre de 2008.

Ver: <http://www.europarl.europa.eu/oeil/file.jsp?id=5220522>

4.5 Seguimento da Plataforma de Acção de Pequim (Pequim + 15)

Presidência sueca:

O departamento responsável pela igualdade dos géneros no Ministério sueco da Integração e Igualdade dos Géneros foi encarregado de analisar, no Outono de 2009, o seguimento da Plataforma de Acção de Pequim. Os trabalhos serão conduzidos pela Directora Marianne Laxén, tendo sido associado ao projecto um grupo especializado constituído por magistrados

do Supremo Tribunal Administrativo, investigadores e estaticistas. Lenita Freidenvall, doutorada pela Universidade de Estocolmo, foi nomeada coordenadora do grupo de investigação. O relatório será apresentado pela primeira vez numa conferência das Nações Unidas, em Novembro de 2009, e, posteriormente, na sessão da CSW, em Março de 2010.

Em Dezembro de 2009, na reunião dos Ministros responsáveis pela igualdade de género, o Conselho da União Europeia deverá aprovar conclusões baseadas no relatório referido.

Ver: <http://www.eu2009.se/>

4.6 Links úteis

Resoluções do Parlamento Europeu

- ✓ [Gender mainstreaming in EU external relations and peace-building / nation-building](#)
- ✓ [Gender equality and women empowerment in development cooperation](#)
- ✓ [Development perspectives on peace-building and nation building in post-conflict situations](#)
- ✓ [Women in international policy](#)
- ✓ [Perspectives of women in international trade](#)
- ✓ [The situation of women in armed conflicts and their role in the reconstruction and the democratic process in countries after a conflict](#)
- ✓ [ORAL QUESTION on the follow up of the Fourth World Conference on Women Platform for Action \(Beijing + 10\)](#)
- ✓ [Violation of women's rights and Union international relations](#)
- ✓ [Further to the Council and Commission statements pursuant to Rule 37\(2\) of the Rules of Procedure by the following Members: Miet SMET, Maria Antonia AVILES PEREA, Christa KLASS and Astrid LULLING on behalf of the PPE-DE Group on the outcome of the Special Session of the General Assembly of the United Nations entitled “Women 2000: gender equality, development and peace for the twenty-first century”, 5-9 June 2000](#)
- ✓ [European Parliament resolution on the follow-up to the Beijing Action Platform \(2000/2020\(INI\)\)](#)
- ✓ [Report on the follow-up to the Beijing \(2000/2020\(INI\)\)](#)
- ✓ [Resolution on International Women's Day and the violation of women's rights](#)
- ✓ [Fourth United Nations International Conference on Women \(September 1995, Beijing\)](#)

Outros links úteis:

- ✓ Questões de carácter global das Nações Unidas: [Women- Website](#)
- ✓ Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA/FNUAP)
 - Sítio na Internet: <http://www.unfpa.org/public/>
 - [Delivering on the Promise of Equality: UNFPA'S Strategic Framework on Gender Mainstreaming & Women's Empowerment 2008-2011](#)
- ✓ Conselho Económico e Social da ONU
 - [Report of the United Nations Development Fund for Women on the Activities of the Fund to Eliminate Violence Against Women: Note by the Secretary-General A/HRC/10/43-E/CN.6/2009/10](#)
- ✓ Rede Interagências sobre as Mulheres e a Igualdade de Género (IANWGE)
 - [UN System Wide Policy and Strategy on Gender Equality and Empowerment of Women: Website](#)
- ✓ [OSAGI](#): Gabinete do Conselheiro Especial sobre Questões de Género e a Promoção da Mulher
- ✓ [INSTRAW](#): Instituto Internacional de Investigação e de Formação das Nações Unidas para a Promoção da Mulher
- ✓ [UNIFEM](#): Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
 - [Who Answers to Women? Gender and Accountability. Progress of the World's Women 2008/2009 \(2008\)](#)
 - [UNIFEM Strategic Plan, 2008–2011](#)
- ✓ [UNIFEM Regional Office for Central and Eastern Europe](#)
- ✓ [DAW](#): - Divisão para a Promoção da Mulher
- ✓ [UN - ESCWA](#) - Comissão Económica e Social para a Ásia Ocidental: "Centro para as mulheres" (ECW)
- ✓ [CEDAW - UN](#) - Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
- ✓ [UNESCO's](#) - "Gender Mainstreaming Resource Center"
- ✓ [Women Watch](#) - Rede Interagências das Nações Unidas sobre as Mulheres e a Igualdade de Género
- ✓ [WORLD BANK](#) - Género e desenvolvimento - Documento de estratégia do Banco Mundial sobre a igualdade de género
- ✓ [OCHA](#) - Gabinete para a coordenação dos assuntos humanitários: igualdade de género